

INFORMANDO

Por Lucas Rocha

Drogas, o que fazer? (LUIZ ALBERTO CHAVES DE OLIVEIRA e ELOISA DE SOUSA ARRUDA)

UM DOS TEMAS MAIS POLÊMICOS da atualidade e cercado de muitos mitos e preconceitos é, sem dúvida, a questão do uso e abuso das drogas. Controvérsias sempre presentes em qualquer fato que se levante: um dos mais recentes foi o óxi, apresentado como droga nova, mais maléfica e barata que o crack; ficamos sem saber como se chega a conclusões tão finais e definitivas.

Muitos personagens, cheios de boas intenções e sabedorias adquiridas, trazem soluções para problemas complexos derivados do uso de substâncias psicoativas, como prevenção nas escolas ou tratamento de moradores em situação de rua da cracolândia. Ocorrem discussões sobre os modelos de tratamento involuntário ou sobre descriminalizações, sem que se aponte com precisão e isenção onde se obteve o resultado ou em que cultura e situação foi conseguida a evidência.

É certo que precisamos ampliar o debate, levar informações precisas e atualizadas aos chamados formadores de opinião, aos Parlamentos, aos chefes de Executivo e à população em geral para obtermos o que todos queremos: um mundo com menos violência, mais saúde e oportunidades; em que as drogas, lícitas ou ilícitas, sejam encaradas com menos emoção e com maior visão de realidade.

Pesquisas e ações em muitos países devem servir de orientação para que consigamos romper com essas situações paralisantes ou geradoras de soluções equivocadas. As evidências científicas relatadas na literatura internacional apontam, de forma clara, para a implantação de políticas públicas amplas, consequentes e continuadas, que conseguirão minimizar o problema e ajudar muitos dependentes químicos a conseguir tratamento e recuperação, bem como instalar programas de prevenção.

No Estado e na cidade de São Paulo, há um conjunto de ações que principiam a mostrar caminhos concretos para uma implantação de políticas públicas sobre drogas. Isso inclui a ampliação de ambulatórios especializados, leitos para tratamento de casos mais graves, empresas públicas com programas de prevenção e tratamento, medidas para reduzir o tabagismo, repressão ao tráfico, ações como o Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) e o departamento de prevenção do Denarc e ações integradas no centro de São Paulo com os moradores em situação de rua.

Uma atitude que deve gerar resultados, a curto e médio prazo, é a implantação, na Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo, de uma Coordenadoria de Políticas Públicas sobre Drogas, órgão que nasce como ideia vinda do Conselho Estadual sobre Drogas. Essa é uma proposta de instância executiva para articular ações e programas dispersos, propor novas atitudes, garantir informações por meio de estudos e pesquisas, buscar recursos para a execução de atividades, inclusive de formação de profissionais especializados das diversas áreas de atuação: psicologia, assistência social, sociologia, antropologia, medicina, enfermagem, educação e direito.

Vale lembrar que a questão das drogas é um problema de todos nós, e não somente de um setor da sociedade; além disso, a busca e a execução dos atos resolutivos será conseguida tratando o problema como multifacetado que ele é! Vamos aplicar o já sabido, buscar novas alternativas de conduta, repetir modelos já testados e aprovados, mas sempre com abertura de diálogo sereno, respeitoso e que busque o consenso da sociedade.

LUIZ ALBERTO CHAVES DE OLIVEIRA é coordenador de Políticas sobre Drogas do Estado de São Paulo. **ELOISA DE SOUSA ARRUDA** é secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. **Folha de São Paulo, junho de 2011.**

Não existe almoço de graça (LUIZ FELIPE PONDÉ)

A EUROPA ESTÁ em chamas pelo medo da dissolução da União Europeia. No Brasil, os defensores dos direitos dos imigrantes ilegais na Europa ainda se aferram à imagem adolescente de que o continente deve receber "todo mundo", numa conta infinita a ser paga pela colonização. Não existe almoço de graça, mas tem muita gente, que normalmente não paga o almoço, que não sabe disso ou finge que não sabe.

A atitude é adolescente porque essa gente que grita contra a "direita" europeia (que cresce à medida que os países vão falindo) não pagaria um sanduíche para um estrangeiro, mas acha que os europeus devem pagar comida, casa, hospital e escola até para os ilegais. A recusa em entender isso só piora as coisas.

O que me assusta é como gente grande pode ter sido contaminada por tamanha infantilidade em termos de análise política e social. O filósofo da vaidade, Rousseau (século 18), assim chamado por Burke (também do século 18), crítico dele e da revolução francesa, é muito responsável por esse absurdo, além do velho Marx.

"Bleeding hearts" é como são chamados pelos conservadores americanos esses *teenagers* da política.

O problema de países como Portugal, Espanha e Grécia é que não se pode ganhar como eles e gastar como franceses e alemães. Uma hora a casa cai. Recentemente, conversando com um médico brasileiro que ficou um mês trabalhando num hospital importante em Bruxelas, especializado em câncer, fiquei sabendo dos absurdos do sistema de saúde da Bélgica.

A Bélgica deverá acabar em breve por conta do impasse de ser um país que reúne flamengos (eticamente próximos dos holandeses) e belgas franceses e por isso não consegue formar um governo decente. Lá, estrangeiros ilegais recebem mais direitos a tratamento médico do que cidadãos belgas. Funcionários belgas do hospital em questão falam disso com grande rancor. Quem aguenta isso?

Tudo bem que a Bélgica, dizem, foi o colonizador mais cruel da África (Joseph Conrad immortalizou a violência da colonização belga do Congo em seu monumental "Coração das Trevas"), mas até onde se pode pagar uma "conta" dessas?

Semelhante é o caso brasileiro e o absurdo do país ficar "sustentando" o Paraguai via Itaipu. Quando o governo brasileiro, por afinidade ideológica com o governo paraguaio, decide que deve aumentar a "contribuição" dada ao Paraguai por Itaipu, quem paga a conta é você através de seu trabalho e de suas agonias cotidianas. Legal, não? Você paga imposto para doar dinheiro para o Fernando Lugo, presidente do Paraguai, posar de "defensor de su pueblo". Quando acordar de manhã, pense: "Opa, hoje tenho que correr de um lado para o outro pra mandar dinheiro para o Paraguai".

Claro que tem gente que diz que devemos muito ao Paraguai pelo que fizemos lá durante a Guerra do Paraguai, mas até onde essa história é verdadeira? Aconselho a leitura do "Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil" do Leandro Narloch (Ed. LeYa), para aprender um pouco mais sobre esse mito que destruímos uma nação que marchava para ser um país perfeito sob a batuta de seu ditador Solano Lopez.

Calma, não se trata de ser insensível com o sofrimento dos mais fracos. Sei que o coro dos humilhados e ofendidos gritará, mas não o temo. Trata-se sim de perceber que o mundo não é o que um centro acadêmico pensa que é.

Pensemos numa situação hipotética. Imagine que tivéssemos um número gigantesco de imigrantes de países pobres entre nós. Agora imagine que eles tivessem mais direitos a saúde pública que você, que trabalha como um cão e que paga impostos extorsivos, como é o caso no Brasil e na Europa. O que você pensaria disso? Você aceitaria sustentar pessoas que se mudam para a sua casa a fim de lá viver às suas custas?

Alguém sempre paga a conta e quando se tenta fechar os olhos à sangria que é bancar o crescimento de imigrantes (ilegais ou não) na Europa, a tendência inevitável é que radicais de direita sejam eleitos. Quando você se "revoltar" contra isso, doe uma parte da sua grana para a África.

ponte.folha@uol.com.br – Folha de São Paulo, junho de 2011.

Faça sua parte contra o preconceito sexual (JAIRO BOUER)

ONTEM OCORREU em São Paulo a 15ª Parada do Orgulho LGBT, a maior parada gay do mundo. A celebração da liberdade que se repete anualmente na avenida Paulista merece algumas reflexões.

Este foi o ano em que o STF (Supremo Tribunal Federal) considerou que a união civil de pessoas do mesmo sexo é equivalente a qualquer forma de união entre heterossexuais.

Abriu-se o caminho, então, para que diversos casais possam registrar seu status em cartórios e garantir direitos e benefícios sociais. Foi um avanço! Mas há resistências. Na última semana, em Goiás, um juiz anulou a primeira união de dois homens que aconteceu naquele Estado. A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) criticou o que considerou ser um retrocesso moralista.

O juiz também proibiu novas uniões civis entre gays em Goiânia. O casal estuda medidas jurídicas para resolver o impasse. Além disso, na última semana um deputado federal de Goiás queria anular na Câmara a decisão do STF. Enquanto a sociedade avança em suas posições e as autoridades tentam acompanhar essas mudanças, a realidade é que, apesar da redução do preconceito, gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros continuam a enfrentar problemas cotidianos no país.

Há um mês recebi e-mail aqui no **Folhateen** de uma garota que se sentiu humilhada em uma consulta com uma ginecologista ao informar que fazia sexo com mulheres. A médica em questão deixou de cumprir seu papel e passou a adotar um discurso moralista e preconceituoso, que nada tem a ver com exercício da profissão. O CRM (Conselho Regional de Medicina) é a instância na qual os médicos devem ser denunciados em casos como esses.

Se, de um lado, comemorar a diversidade sexual em praça pública é fundamental e dá visibilidade a todos, do outro, os marcos legais e as medidas de garantia à liberdade e aos direitos individuais têm de ser garantidos. É importante que cada um faça sua parte!

jbouer@uol.com.br – Folha de São Paulo, junho de 2011.

Da Tragédia ao Escândalo (MALU FONTES)

O QUE ERA APENAS UMA TRAGÉDIA (o que já não seria pouco) na noite da sexta-feira 17 no mar de Porto Seguro foi se transformando, ao longo da semana, em um escândalo político com direito à multiplicação de especulações, versões e pautas nas grades dos telejornais e nas páginas jornais do país. No início da noite da fatídica sexta, um helicóptero transportando seis pessoas e pilotado pelo empresário Marcelo Mattoso de Almeida, dono de um hotel resort em Trancoso, caiu no mar, matando todos. Provavelmente a tragédia permaneceria enquadrada tão somente como tal se, entre os mortos, não estivessem um piloto com habilitação vencida há seis anos, usando o nome de outro para voar, a mulher de um dos maiores empreiteiros de obras públicas do país e a namorada de um dos filhos do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral.

O diabo, como se sabe, mora nos detalhes e adora brechas para urdir tramas. Imediatamente após o anúncio de que a namorada do filho do governador estava no vôo, telejornais anunciaram que Cabral viajara a Porto Seguro para acompanhar as buscas. Ah, tá. A mentira e suas pernas curtas deveriam ter respeitado a circunstância fúnebre. Só essa informação falsa da viagem posterior à tragédia já seria capaz de causar uma calça justa. Mas, descobriu-se em seguida, que ele não apenas já estava em Porto Seguro como seria um dos próximos a embarcar na aeronave nas próximas viagens que a aeronave ainda faria naquela noite entre Porto Seguro e Trancoso, onde a família do governador ficaria hospedada no resort do piloto-empresário morto.

FAXINAÇÃO - Por que a mentira da assessoria do governador? Por duas razões, ambas nem um pouquinho republicanas, para usar o verbete da modinha entre a classe política: primeiro, Cabral havia viajado no super jato Legacy, emprestado por ninguém menos que o multibilionário Eike Batista (que além de ter trocentos contratos com o governo do Rio revelou-se, justamente no meio das tramas descobertas após a tragédia, beneficiário de outros trocentos incentivos fiscais no RJ); depois porque o governador havia viajado para a festa de aniversário de Fernando Cavendish, o dono da Delta Construções, a construtora com maior poder de fogo em contratos e obras sem licitação no Rio, coisa de milhões e milhões, incluindo irregularidades nas obras de reforma do Maracanã.

Por fim, Cabral iria hospedar-se na fazenda resort de Mattoso, um ex-doleiro acusado de fraude cambial e crime ambiental por sua empresa no Rio, a First Class. Portanto, amizades, circunstâncias e freqüências perigosíssimas, sobretudo para um governador que sai de casa às escondidas num fim de semana, de carona e bancado por empresários com contratos sob suspeita em sua gestão, deixando para trás o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, incumbido da nada leve tarefa de fazer mais um faxinão de traficantes, com ampla cobertura midiática, claro, no morro da Mangueira. Enquanto as câmeras mostravam a Mangueira, a privacidade e os laços íntimos entre o governador e os empreiteiros estariam protegidos num paraíso na Bahia. Uma fatalidade pôs tudo escancarado.

QUEM MANDOU - Depois de ter saído do enquadramento de notícia trágica, migrado para as hostes dos escândalos políticos, chegado às editorias de economia (por conta das benesses fiscais de Eike Batista e do pulo do gato no volume de contratos da Delta nos últimos anos sob a gestão de Sérgio Cabral, o assunto ganhou na quinta-feira contornos judiciais. O Ministério Público da Bahia decidiu que quer porque quer saber como e porque os corpos das seis vítimas financeiramente empoderadas do acidente (a exceção foi uma babá, enterrada na Bahia) foram trasladadas para o Rio em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB). Por que o custeio da missão foi feito pelos cofres públicos e não pelas famílias das vítimas, como é o padrão. O Ministério Público quer saber do Comando Aéreo Regional de onde partiram as ordens.

Diante de um folhetim desses, com contornos trágicos, policiais, econômicos, políticos e jurídicos, que seja longa a vida do jornalismo impresso. Os telespectadores de notícias não ficaram sabendo dessa missa a metade. Resta o questionamento nem um pouco impertinente: se a TV não aborda um fato como este sob todas as variáveis contidas nele, não o faz porque sua própria natureza informativa dificulta a tradução para o público médio ou por que os laços de Cabral não são fortes apenas com os *Cavendishes* e os *Eikes* da vida?

MALU FONTES é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado originalmente em 26 de junho de 2011, no jornal A Tarde, Salvador/BA. maluzes@gmail.com

O Mundo Árabe e as Américas (JORGE G. CASTAÑEDA)

Manifestações libertárias no Oriente Médio geram polêmica acerca do imperialismo e colocam em voga as opiniões dos líderes latino-americanos

Nós podemos nunca saber quantas pessoas morreram nas ruas de Trípoli, Tobruk e Benghazi, ou quantas foram assassinadas a mando do coronel Muammar Kadafi. Jornais e noticiários televisivos relataram



centenas de mortos na batalha contra o ditador líbio. Fotos e vídeos mostram que Kadafi recorreu ao uso de tanques, caças e bombas para derrotar o movimento popular que pretendeu derrubá-lo.

Ninguém sabe quanto tempo durará a tirania de Kadafi quanto sangue ainda será derramado até que ele abandone o país – ou salve sua pele e consiga se manter no poder.

Sabemos, no entanto, o que aconteceu no Egito e na Tunísia, e como o mundo reagiu aos acontecimentos no norte da África no início do ano. Na Tunísia, o exército não disparou suas armas e o presidente Zine el-Abidine Ben Ali fugiu. Durante o movimento, foram vitimados cerca de 200 manifestantes.

No Egito, a tão temida polícia política do presidente Hosni Mubarak se retirou da Praça Tahrir e o exército se confraternizou com os manifestantes por 18 dias. Mesmo assim, houve alguns tiros. Em confrontos com homens armados pró-governo, cerca de 350 egípcios foram mortos. Mas Mubarak finalmente fugiu para Sharm el-Sheikh sem causar qualquer derramamento de sangue – nada comparável à situação na Líbia.

Durante o século passado, o que muitos chamam de “imperialismo” (leia-se: Washington) contribuiu para todos os males e o caos nessa região. Desta vez, porém, os ditadores foram além dos imperialistas. Na verdade, o Ocidente tentou evitar derramamento de sangue e, com graus variados de aprovação, congratulou-se com a queda dos homens fortes da região. Os homens fortes da América Latina escolheram uma abordagem diferente

- **Kadafi**» O famoso general e político líbio (9/1942) seguiu carreira militar e em 1969 liderou um golpe que derrubou a monarquia pró-Ocidente da Líbia, comandada pelo rei Idris I. Presidiu, depois o Conselho do Comando Revolucionário da Líbia, confiscando bens de italianos e judeus, impondo uma ditadura militar. Em 1977 tornou-se presidente da Líbia.

Mubarak, um aliado dos EUA há décadas, e Ben Ali, um amigo da França, antiga potência colonial, deixaram ambos o poder diante da pressão da rua e do mundo.

Durante o século passado, o que muitos chamam de “imperialismo” (leia-se: Washington) contribuiu para todos os males e o caos nessa região. Desta vez, porém, os ditadores foram além dos imperialistas. Na verdade, o Ocidente tentou evitar derramamento de sangue e, com graus variados de aprovação, congratulou-se com a queda dos homens fortes da região.

Os homens fortes da América Latina escolheram uma abordagem diferente. Na Nicarágua, o presidente Daniel Ortega, durante muito tempo líder da Frente Sandinista de Libertação Nacional e amigo de Kadafidesde os primeiros anos da década de 1980, disse: “Tenho estado em contato com **Kadafi**... Mais uma vez está lutando uma grande batalha. Quantas batalhas teve de lutar Kadafi!... Eu ofereci a solidariedade do povo da Nicarágua e os sandinistas nicaraguenses”.

Fidel Castro, em uma de suas “reflexões” semanais, se mostrou mais cauteloso. Ele admitiu que uma pessoa pode concordar ou discordar com Kadafi. “Temos de esperar o tempo necessário para saber exatamente o quanto disso é verdade ou mentira”, escreveu Fidel.

Porém, Fidel foi claro: “Aos Estados Unidos não importa em absoluto que haja paz na Líbia e não hesitará em ordenar à Otan que invada esse rico país, talvez dentro de horas ou poucos dias... Qualquer pessoa honesta sempre será contra a injustiça em qualquer lugar do mundo, e a pior injustiça, neste momento, seria permanecer em silêncio sobre o crime que a Otan está prestes a cometer contra o povo líbio”.

Para o ex-presidente de Cuba, o problema não são os já mortos e os que estão ainda morrendo nas ruas do Líbano, mas sim a suposta invasão iminente da Líbia. Nunca se pensa em condenar a repressão, as execuções, os espancamentos e as detenções. Prefere-se concentrar em “imperialismo”.

O líder da Venezuela, Hugo Chávez, foi surpreendentemente discreto. Mas o chanceler Nicolás Maduro expressou sua esperança de que “o povo líbio, exercendo a sua soberania, encontrará uma solução pacífica para as suas dificuldades sem a interferência imperialista”.

Em 24 de fevereiro deste ano, Chávez escreveu em seu Twitter: “Bravo Chanceler: ensinemos aos pró-ianques de extrema direita outra lição! Viva a Líbia e sua independência! Kadafiestá lutando uma guerra civil!”. Mais uma vez, o que importa não é a saída de Kadafi ou o tiroteio e as mortes, mas sim que o “imperialismo” não deve interferir nos assuntos da Líbia. Os líderes radicais da América Latina estão mais preocupados com a sobrevivência de Kadafie a interferência dos EUA que com os direitos humanos do povo líbio e seu bem-estar.

Para o expresidente de Cuba, Fidel Castro, o problema não são os já mortos e os que estão ainda morrendo nas ruas do Líbano, mas sim a suposta invasão iminente da Líbia. Nunca se pensa em condenar a repressão, as execuções, os espancamentos e as detenções. Prefere-se concentrar em "imperialismo"

Enquanto Kadafisemear a morte entre seus compatriotas, estes líderes o defendem, e muitos outros na América Latina permanecem em silêncio ou simplesmente produzem os clichês sobre as "soluções pacíficas". O amigo de Fidel Castro, Hugo Chávez e Daniel Ortega, na África do Norte, está resistindo até o amargo fim, a um custo enorme de sangue.

Respectivamente, amigos do presidente Barack Obama e do presidente Nicolas Sarkozy – Mubarak e Ali Ben – deixaram o poder mais tarde do que deveriam, porém, mais cedo do que se espera. Nesta batalha, e pelo menos nesta ocasião, podemos refletir: quem são os mocinhos?

JORGE G. CASTAÑEDA foi Ministro das Relações Exteriores do México. É cientista político, professor emérito da Universidade de Nova York, colaborador do jornal New York Times, autor de diversos artigos e livros, entre eles o mais recente Ex Mex; From Migrants to Immigrants. Tradução de Gláucia Viola. **Revista Sociologia, junho de 2011.**



Ninguém sabe quanto tempo durará a tirania de Kadafiou quanto sangue ainda será derramado até que ele abandone o país

Superar a miséria (CANDIDO VACCAREZZA)

O PROGRAMA "Brasil sem Miséria", lançado neste mês pela presidenta Dilma, inaugura novo capítulo nas políticas sociais do governo. O objetivo: remover da miséria mais profunda todos os 16 milhões de brasileiros que ainda vivem à margem das oportunidades que surgiram nos últimos anos no país. No governo Lula, o Bolsa Família tirou da miséria 28 milhões de brasileiros e fez outros 36 milhões ascenderem à classe média.

O combate à pobreza se mostrou uma bem-sucedida estratégia para pavimentar o caminho do desenvolvimento do país. Com a nova classe média, o mercado consumidor interno foi ampliado de forma extraordinária e, junto com ele, as oportunidades de negócios para as empresas brasileiras. Agora, o Estado vai atrás daqueles milhões de brasileiros que, de tão desamparados, não conseguem sequer se inscrever em programas sociais muito conhecidos. Isso ocorre, entre outros motivos, porque é uma pobreza que se esconde, perdida em grotões longínquos do nosso imenso território ou em zonas segregadas de grandes cidades.

O ponto de partida do trabalho foi um estudo encomendado pelo governo federal ao IBGE, que identificou onde estão esses 16 milhões de compatriotas e quais são suas condições de vida. A pesquisa detectou que 46,7% desses brasileiros vivem na zona rural e que, destes, 30,3% são analfabetos, metade tem até 19 anos, 55% são mulheres e 70,8% são negros ou pardos. As regiões Norte e Nordeste concentram 75% desses excluídos do país. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que planejou e implementará o "Brasil sem Miséria", programou ações nacionais e regionais a partir de três eixos: renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos. Serão montados dois grandes diagnósticos: o Mapa da Pobreza do Brasil e o Mapa de Oportunidades.

A partir dos dados obtidos, o governo federal incentivará o aumento da pequena produção agrícola. Um dos componentes inovadores do "Brasil sem Miséria" deverá ser a Bolsa Verde, programa de apoio à conservação ambiental que autorizará a transferência de recursos a famílias carentes que colaborarem para a preservação e recuperação do meio ambiente. Isto é combinar, na prática, desenvolvimento econômico e conservação ambiental.

Os programas sociais do governo, como o Bolsa Família, o Brasil Alfabetizado, o Saúde da Família, o Brasil Sorridente, o Mais Educação e o Rede Cegonha, serão ampliados, e o acesso a eles será facilitado. O governo federal também irá se articular com governos estaduais e prefeituras para somar esforços. Não basta a criação dos programas e o mérito de cada um; o mais significativo de tudo é fazer chegá-los a todos os brasileiros que precisam. O programa "Brasil sem Miséria" será decisivo para que políticas públicas corretas lancem de vez a chaga da exclusão social.

E para que os milhões de brasileiros resgatados da marginalidade ajudem a manter funcionando o mecanismo do crescimento econômico com distribuição de renda, esse segredo nada secreto do sucesso do Brasil de hoje.

CANDIDO VACCAREZZA, médico, é deputado federal pelo PT-SP e líder do governo na Câmara. **Folha de São Paulo, junho de 2011.**

Passeatas diferentes (CONTARDO CALLIGARIS)

DOMINGO PASSADO, em São Paulo, foi o dia da Parada Gay. Alguns criticam o caráter carnavalesco e caricatural do evento. Alexandre Vidal Porto, em artigo na **Folha** do próprio domingo, escreveu que, na luta pela aceitação pública, "é mais estratégico exibir a semelhança" do que as diferenças, pois a conduta e a aparência "ultrajantes" podem ter "efeito negativo" sobre o processo político que leva à igualdade dos homossexuais. Conclusão: "O papel da Parada é mostrar que os homossexuais são seres humanos comuns, que têm direito a proteção e respeito, como qualquer outro cidadão".

Entendo e discordo. Para ter proteção e respeito, nenhum cidadão deveria ser forçado a mostrar conformidade aos ideais estéticos, sexuais e religiosos dominantes. Se você precisa parecer "comum" para que seus direitos sejam respeitados, é que você está sendo discriminado: você não será estigmatizado, mas só à condição que você camufle sua diferença. Importa, portanto, proteger os direitos dos que não são e não topam ser "comuns", aqueles cujos comportamentos "caricaturais" testam os limites da aceitação social.

Nos últimos anos, mundo afora, as Paradas Gays ganharam a adesão de milhões de heterossexuais porque elas são o protótipo da manifestação libertária: pessoas desfilando por sua própria liberdade, sem concessões estratégicas. É essa visão que atrai, suponho, as famílias que adotam a Parada Gay como programa de domingo. A "complicação" de ter que explicar às crianças a razão de homens se esfregarem meio pelados ou de mulheres se beijarem na boca é largamente compensada pela lição cívica: com o direito deles à diferença, o que está sendo reafirmado é o direito à diferença de cada um de nós.

O mesmo vale para a Marcha para Jesus, que foi na última quinta (23), também em São Paulo. Para muitos que desfilaram, imagino que a passeata por Jesus tenha sido um momento de afirmação positiva de seus valores e de seu estilo de vida - ou seja, um desfile para dizer a vontade de amar e seguir Cristo, inclusive de maneira caricatural, se assim alguém quiser.

Ora, segundo alguns líderes evangélicos, os manifestantes de quinta-feira não saíram à rua para celebrar sua própria liberdade, mas para criticar as recentes decisões pelas quais o STF reconheceu a união estável de casais homossexuais e autorizou as marchas pela liberação da maconha. Ou seja, segundo os líderes, a marcha não foi por Jesus, mas contra homossexuais e libertários. Pois é, existem três categorias de manifestações: 1) as mais generosas, que pedem liberdade para todos e sobretudo para os que, mesmo distantes e diferentes de nós, estão sendo oprimidos; 2) aquelas em que as pessoas pedem liberdade para si mesmas; 3) aquelas em que as pessoas pedem repressão para os outros.

O que faz que alguém desfile pelas ruas para pedir não liberdade para si mesmo, mas repressão para os outros? O entendimento trivial desse comportamento é o seguinte: em regra, para combater um desejo meu e para não admitir que ele é meu, eu passo a reprimi-lo nos outros.

Seria simplório concluir que os que pedem repressão da homossexualidade sejam todos homossexuais enrustidos. A regra indica sobretudo a existência desta dinâmica geral: quanto menos eu me autorizo a desejar, tanto mais fico a fim de reprimir o desejo dos outros. Explico.

Digamos que eu seja namorado, corintiano, filho, pai, paulista, marxista e cristão; cada uma dessas identidades pode enriquecer minha vida, abrindo portas e janelas novas para o mundo, permitindo e autorizando sonhos e atos impensáveis sem ela. Mas é igualmente possível, embora menos alegre, abraçar qualquer identidade não pelo que ela permite, mas por tudo o que ela impede.

Exemplo: sou marido para melhor amar a mulher que escolhi ou sou marido para me impedir de olhar para outras? Não é apenas uma opção retórica: quem vai pelo segundo caminho se define e se realiza na repressão - de seu próprio desejo e, por consequência, do desejo dos outros. Para se forçar a ser monogâmico, ele pedirá apedrejamento para os adúlteros: reprimirá os outros, para ele mesmo se reprimir. No contexto social certo, ele será soldado de um dos vários exércitos de pequenos funcionários da repressão, que, para entristecer sua própria vida, precisam entristecer a nossa.

ccalligari@uol.com.br – Folha de São Paulo, junho de 2011.

Revoluções no oriente (LEJEUNE MIRHAN)

A questão central em todo o Oriente Médio (OM) não é e nunca foi religiosa. Os conflitos são essencialmente políticos. São disputas territoriais, coloniais, por recursos energéticos e hídricos

Os árabes são uma civilização com milhares de anos de existência. Vivem na Península Arábica e na região da Palestina e Babilônia e seu legado é imenso. Pelo menos desde o ano de 630 da nossa era, os árabes construíram um império, decorrente da força da religião que Mohamed - ou Maomé, como é conhecido no Ocidente - fundou, que é o islã.

Os árabes em todo o mundo se encontram espalhados por 21 países, mais a Palestina (ocupada por Israel) e a República Sarauí (ocupada pelo Marrocos). A Liga dos Estados Árabes, fundada em 1945 no Cairo, aceita a Palestina como membro, sendo integrada assim por 22 Estados-membros. São oito monarquias

absolutistas (ou petromonarquias, ou "monarquias americanas", ou apoiadas pelos EUA) e 13 "repúblicas" (de fachada, pois na prática são ditaduras).

As potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial em 1918, a Inglaterra e a França, colonizaram praticamente todos os países da região do Oriente Médio (OM) e do Norte da África (conhecido como Magrebe). Interessante observar como as fronteiras entre esses países são retas, como se fossem divididas por riscos feitos com lápis num mapa da região. As "independências", por assim dizer, iniciaram-se em 1922 (no caso do Egito) e foram concluídas em 1977 (com o **Djibuti***).

Os árabes somam 347 milhões de pessoas em todo o mundo ou 5,18% da população mundial. A soma de todos os PIBs de seus países chega a US\$ 2,477 trilhões, ou apenas 4% de todo o PIB mundial. No entanto, com relação às reservas de petróleo, os países árabes detêm 685,11 bilhões de barris, ou exatos 50,81% das reservas mundiais (veja quadro Dados Econômicos e Populacionais dos Países Árabes).

Por fim, com relação à produção diária de óleo, esses países produzem todos os dias 22,967 milhões de barris, o que significa 27,26% da produção total no mundo, que é de 84,24 milhões de barris/dia (b/d). Esses dados são aqui apresentados porque o conflito existente no OM guarda uma relação direta com a estratégia de controle dessa fonte de energia (que não é renovável). Sabese que não há como o mundo substituir a sua dependência do petróleo e gás natural pelos próximos 30 ou mesmo 50 anos.

● **Djibuti** » *O pequeno país, localizado no nordeste da África, sobrevive da crise no Oriente Médio à medida que lucra com a ocupação local por equipes humanitárias e bases militares. Mas sua renda per capita é inferior a US \$ 1.000 anuais*

Os Estados Unidos consomem todos os dias 19,497 milhões de barris, mas produzem apenas 7,27 milhões de barris, ou 37,42%. Dessa forma, precisam importar todos os dias 12,22 milhões de barris, que vêm em boa parte de países árabes. Apesar de toda a propaganda neoliberal em todo o mundo em defesa das privatizações, as dez maiores empresas petrolíferas continuam sendo estatais (veja quadro Maiores Empresas Petrolíferas do Mundo – Reservas e Produção).

A soma de todos os PIBs dos países árabes chega a US \$ 2,477 trilhões, ou apenas 4% de todo o PIB mundial. Já as reservas de petróleo somam 50,8% do total mundial do recurso

Os maiores países ocidentais não são produtores de petróleo. Os casos mais marcantes são o do Japão, que precisa todos os dias de 5,57 milhões de barris, a Alemanha necessita de 2,677 milhões de b/d, a Coreia (do Sul) 2,061 milhões de b/d, a França 2,06 milhões de b/d, a Itália 1,874 milhão de b/d e a Espanha, de 1,537 milhão de b/d (veja Quadro Países Não Produtores de Petróleo).

Os maiores exportadores de petróleo do mundo, com valores em milhões de barris por dia (b/d), pela ordem, são: Arábia Saudita (8,651), seguida por Rússia (6,65), Noruega (2,542), Irã (2,519), Emirados Árabes (2,515), Venezuela (2,203), Kuwait (2,146), Argélia (1,847), Líbia (1,525) e Iraque (com 1,438) (veja Quadro Países Exportadores de Petróleo). Por esses dados, vê-se que os países árabes exportam todos os dias 18,122 milhões de barris. Se agregarmos o Irã, país persa com linha política anti-imperialista, esse número eleva-se para 20,641 milhões de b/d. Daí a estratégia imperialista de controle da região.

As maiores empresas petrolíferas privadas são ExxonMobil (EUA), ChevronTexaco (EUA), Shell (Holanda), British Petroleum (Inglaterra), Total (França) e ConnocoPhillips (EUA). Todas elas, juntas, empregam 514 mil trabalhadores e faturam por ano US\$ 1,697 trilhão. No entanto, respondem por apenas 10% de toda a reserva de petróleo do mundo (veja quadro Seis Irmãs das Indústrias de Petróleo).

Por fim, é relevante destacar a questão do islã. Hoje existem no mundo 1,6 bilhão de muçulmanos praticantes (dos quais 1,4 bilhão é sunita e apenas 200 milhões são xiitas). Não devemos confundir "muçulmanos" com árabes. Nem todo muçulmano é árabe e nem todo árabe é muçulmano. Apenas 8% dos árabes não são muçulmanos (27,76 milhões; geralmente cristãos cooptas ou ortodoxos; católicos são residuais). Em termos mundiais, apenas 19,95% dos muçulmanos no mundo todo são árabes (um em cada cinco).



Os maiores países ocidentais não são produtores de petróleo. Os Estados Unidos, por exemplo, precisam importar todos os dias 12,22 milhões de barris, visto que consomem todos os dias 19,497 milhões de barris

Panorama da Revolução Árabe

1. Obama perde nesse processo. Seu discurso no Cairo em julho de 2009, estendendo a mão aos muçulmanos, provou-se uma farsa. Não deu passo algum para respeitar os muçulmanos e os árabes em geral. Insiste em classificar partidos políticos como o Hamas e o Hezbollah como "terroristas", e não são. Vai se antagonizando com mais de 1,6 bilhão de muçulmanos de todo o mundo.

2. Os novos governos árabes não serão tão subservientes com os norte-americanos. O que tanto os Estados Unidos sempre tiveram pavor poderá acontecer, que é a participação, com destaque, da Irmandade Muçulmana nos governos árabes. Os países tendem a se afastar da órbita da Otan, da União Europeia e mesmo dos Estados Unidos.

3. Israel poderá sair derrotado. Perdeu seu discurso de que o maior inimigo é o Irã, que este precisaria ser derrotado e bombardeado e que seu programa nuclear visa à construção da bomba atômica. Terá de voltar à discussão do Estado Palestino.

4. Um novo Oriente Médio será construído . Deverá crescer a democracia, os partidos terão maiores liberdades, bem como a imprensa. Eleições gerais devem ocorrer em curto prazo no Egito e na Tunísia. O OM nunca mais será o mesmo depois desse imenso tremor político ocorrido.

5. O islã não é a solução. Dificilmente veremos um Egito, uma Tunísia ou qualquer outro país árabe como repúblicas islâmicas. Os países seguirão sendo laicos em toda a região, tal qual o Iraque e a Síria sempre foram.

6. O Irã se fortalece no OM. Por razões diversas, mas em especial por sempre ter apoiado a causa palestina e todos os movimentos revolucionários antiamericanos na região. Ainda pelo fato de que vem enfrentando, quase que sozinho, o império norte-americano na sua defesa pela soberania, independência nacional e pela condução de seu programa nuclear para fins pacíficos.

7. Crescerá o nacionalismo árabe. Fundado por Gamal Abdel Nasser, poderá ganhar papel preponderante. Esse nacionalismo defende a soberania e a independência dos países árabes, respeito aos direitos de seu povo e solidariedade ao povo palestino. A esquerda poderá crescer.

8. Modelo neoliberal em xeque. Difícil que os rumos da revolução árabe substituam o modelo capitalista pelo socialismo. No entanto, encontra-se em xeque o modelo de capitalismo financeiro denominado neoliberal.

9. Mitos e "teorias" que caíram por terra. Pelo menos dois. Que as redes sociais da internet e os celulares foram os responsáveis pela revolução árabe. Apenas 20% da população egípcia tem acesso à internet (em outros países, ainda menos) e apenas um terço possui celulares. Que não houve líderes e o processo foi espontâneo. Lideranças ficarem ocultas ou não serem famosas não significa ausências de líderes. Quanto às "teorias", pelo menos duas esfumaçaram-se: a de Francis Fukuyama (O Fim da história) e a de Samuel Huntington (Choque de civilizações). A de Fukuyama já estava desmoralizada há uma década. Agora se enterra de vez a de Huntington.

10. Crise e declínio do s Estados Unidos. Os EUA sofrem maior aprofundamento e desestabilização em seu processo de declínio de sua posição hegemônica no sistema de relações internacionais com a presente Revolução Árabe, que tem sentido democrático, popular e anti-imperialista.

De uma coisa temos certeza: a democracia se constrói pela soberania de um povo. Os EUA passaram anos afirmando que levariam a "democracia" para o OM . "Durante nove anos os EUA forçaram uma porta, que só se abre para fora. E mais. Essa porta só se abre por vontade própria. Os acontecimentos das últimas semanas demonstraram com clareza que não apenas partes importantes do OM estão prontas para a mudança, mas também esse impulso vem de dentro", afirmou o professor de Relações Internacionais da Universidade de Boston Andrew Bacevich. Cem por cento de acordo.

A história recente dos levantes

Certa vez, perguntaram para Chu En Lai, um dos líderes da Revolução Chinesa de 1949, o que ele achava da Revolução Francesa de 1789. Tal pergunta foi feita no início dos anos 1970. A sua resposta, como bom chinês, foi: "ainda é cedo para dizer"¹. Danton, líder dessa revolução, dizia: "precisamos de audácia, mais audácia e sempre audácia". É verdade. Ele foi guilhotinado e quem o guilhotinou também morreu dessa forma. São as idas e vindas de uma revolução. Depois disso veio Napoleão (1800), a Restauração (1814), a Revolução de 1848 (que incendiou parte da Europa), a Comuna de Paris (em 1871). Por isso é muito prematuro formar uma opinião mais completa do processo revolucionário em curso no mundo árabe.

Cabe aqui, no entanto, um pequeno histórico do processo. Os levantes populares em curso no OM tiveram seu início, de forma inesperada, com o caso do jovem de 26 anos Mohamed Bouazizi, um vendedor de frutas ambulante com formação universitária. Inconformado com o fato de a polícia corrupta ter-lhe tomado seu carrinho, que era seu ganha-pão, por ele não aceitar pagar propinas, decidiu atear fogo ao seu corpo em frente ao palácio presidencial onde governava, desde 1988, o ditador Zine Abdine Ben Ali. Isso

ocorreu em 15 de dezembro de 2010. A partir desse momento, até a queda do regime em 16 de janeiro, transcorreram 32 dias de grandes manifestações.

A polícia atacou com fúria a multidão diariamente que, de peito aberto, a enfrentou. O ditador – chamado pela imprensa internacional durante todos esses anos de “presidente” por ser amigo de Washington – fugiu em debelada com sua família e, dizem, com mais de cem malas carregadas de ouro e dólares.

Sabe-se que não há como o mundo substituir a sua dependência do petróleo e gás natural pelos próximos 30 ou mesmo 50 anos.

E os governos longevos e ditatoriais garantem a estratégia norte-americana de domínio do fluxo na região dos países árabes

Em todos os 22 países árabes temos a presença de governos longevos. Ou são monarquias absolutistas ou são ditaduras disfarçadas de democracias, onde a cada cinco ou seis anos, fazem-se “eleições” farsescas, fraudulentas para tentar legitimar ditadores amigos dos Estados Unidos. Desta forma, garantem ao império norte-americano a defesa de seus interesses nessa estratégica região, em especial a garantia do fluxo de petróleo para a América, a passagem dos seus navios petroleiros e cargueiros pelo Canal de Suez e pelo Estreito de Ormuz no Golfo.

Há também a questão estratégica da defesa incondicional por parte dos EUA, do Estado sionista de Israel. “No caso da política de Obama para o OM, são cegos guiando um cego e cegos aconselhando um cego no salão oval da Casa Branca”², afirmou em seu blog a escritora e jornalista inglesa Helena Cobban, em uma clara alusão a Bill Daley, Ben Rhodes, Tony Blinken, Denis McDorough, John Brennan e Robert Cardillo, assessores e conselheiros de diversas funções de Obama, todos, indistintamente, militantes fanáticos pró-Israel e a serviço do lobby judaico.

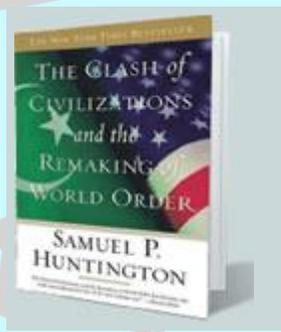


Hoje, existem no mundo 1,6 bilhão de muçulmanos praticantes. Apesar disso, a questão religiosa não é a causa dos conflitos no OM, embora seja utilizada como pano de fundo e cujo objetivo é indispor bilhões de pessoas contra uma das maiores religiões do mundo

Crise no sistema

O livro *O Fim da História e o Último Homem*, de Francis Fukuyama, sociólogo da Rand Corporation, publicado no Brasil pela Editora Rocco (489 páginas, R\$ 49), teve sua primeira edição no país em 1992, apenas três anos depois que o Muro de Berlim havia sido derrubado em 1989. O mencionado sociólogo cantava em alto e bom som o fim da história com a vitória completa do capitalismo sobre o socialismo e particularmente da vitória do modelo neoliberal. Ele mesmo já fez autocrítica dessa obra, quase que a renegando, pois quem vive mesmo uma profunda crise na atualidade é o sistema capitalista.

A obra mais recente é do cientista político também norte-americano Samuel Philip Huntington. Ele foi presidente da Associação Norte-Americana de Ciência Política e assessor do então presidente John Kennedy publicação foi como artigo, intitulado *Clash of* conceituada de política externa *Foreign Policy*, no ano forma de livro, saiu em 1997, pela editora Objetiva A falência dessa teoria – criticada desde quando na do simples fato de que o mundo não pode ser civilizações vinculadas a religiões. O autor faz uma final dos tempos, a luta seria da civilização judaico-islâmica em aliança com a confuciana (chinesa). Não quase nenhum entre a intelectualidade progressista.



até 1962. Sua primeira *Civilization*, na revista de 1995. No Brasil, na (456 páginas, R\$ 64,90). forma do artigo – vem dividido em religiões ou elucubração de que, no cristã contra a civilização encontrou respaldo

Acerta Ury Avnery, um dos maiores escritores e intelectuais israelenses, quando diz: “estamos passando por um evento geológico. Um terremoto de vastíssimas dimensões, que está mudando a paisagem no OM. Montanhas viram vales, ilhas emergem do mar e vulcões cobrem a terra de lava”³.

Como diz o professor da Universidade Americana de Beirute, **Ahmad Massouli***, Obama comete erros e mais erros na sua política externa para a região. Não consegue sequer barrar os assentamentos judaicos na Cisjordânia (os EUA vetaram em 18 de fevereiro o congelamento no CS/ONU) e vai se

antagonizando com mais de 1,6 bilhão de muçulmanos de todo o mundo. Massouli arrisca dizer que vamos presenciar um novo mundo árabe, revolucionário e que não será mais submisso aos interesses norte-americanos. Os EUA só conseguirão criar boas relações com o mundo árabe quando a questão palestina estiver completamente resolvida⁴.

● **Ahmad Shah Massoud** » *Ministro da Defesa do Afeganistão em 1992, firmou-se como líder militar na ascensão do regime Talibã. Representou a Frente da União Islâmica para a Salvação do Afeganistão, a Aliança do Norte, mas foi morto pela Al Qaeda em 2001.*

Sem exceção, os governos árabes próamericanos têm como características: 1. Sempre combateram o comunismo desde a chamada Guerra Fria; 2. Desde 1979, combateram o Irã de Khomeini; 3. Tudo fazem para liquidar o islã político, a que chamam de "fundamentalista"; 4. Sempre adotaram posições contrárias aos movimentos sociais, em especial contra os sindicatos; 5. Atuaram sempre contra as resistências libanesa e palestina⁵. Foi nesse caldeirão que a revolução árabe teve início.

Regra geral, as grandes reivindicações, praticamente unânimes em todos os países, são as seguintes: 1. Revogação do Estado de Emergência; 2. Libertação de todos os presos políticos; 3. Liberdade de organização partidária; 4. Liberdade sindical e de organização social; 5. Liberdade da imprensa e de expressão; 6. Eleições livres para presidente e para o Parlamento; 7. Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte Livre, Democrática e Soberana.

Não está claro se tais avanços serão possíveis, em especial na Tunísia e no Egito, que foram os primeiros países a derrubarem seus governantes. "Para impor mudança tão ampla, o movimento de massas egípcio teria de quebrar a espinha dorsal do regime, que é o seu exército"⁶. Não se vê, no momento, condições para que isso ocorra. A tomada da "Bastilha" egípcia não aconteceu. "O espírito do governo de Hosni Mubarak, a essência de seu regime, seus métodos estão longe de acabar"⁷.



Países Árabes

PAÍS ÁRABE	CAPITAL	GOVERNO	INDEPENDÊNCIA	DATA NACIONAL	COLONIZAÇÃO
ARÁBIA SAUDITA	RIAD	MONARQUIA	1932	23 DE SETEMBRO	INGLATERRA
ARGÉLIA	ARGEL	REPÚBLICA	1962	1º DE NOVEMBRO	FRANÇA
BAHREIN	MANAMA	MONARQUIA	1971	16 DE DEZEMBRO	INGLATERRA
COMORES	MORONI	REPÚBLICA	1975	6 DE JULHO	FRANÇA
DJIBUTI	DJIBUTI	REPÚBLICA	1977	27 DE JUNHO	FRANÇA
EGITO	CAIRO	REPÚBLICA	1922	23 DE JULHO	INGLATERRA
EMIRADOS ÁRABES	ABOU DABI	MONARQUIA	1971	2 DE DEZEMBRO	INGLATERRA
IÊMEN	SANNA	REPÚBLICA	1990 ⁽⁴⁾	22 DE MAIO	INGLATERRA
IRAQUE	BAGDÁ	REPÚBLICA	1932	3 DE OUTUBRO	INGLATERRA
JORDÂNIA	AMÂN	MONARQUIA	1946	25 DE MAIO	INGLATERRA
KUWAIT	CIDADE DO KUWAIT	MONARQUIA	1961	25 DE FEVEREIRO	INGLATERRA
LÍBANO	BEIRUTE	REPÚBLICA	1943	22 DE NOVEMBRO	FRANÇA
LÍBIA	TRÍPOLI	REPÚBLICA	1951	1º DE SETEMBRO	ITÁLIA
MARROCOS	RABAT	MONARQUIA	1956	18 DE NOVEMBRO	FRANÇA
MAURITÂNIA	NOUAKCHOTT	REPÚBLICA	1960	28 DE NOVEMBRO	FRANÇA
OMÃ	MASCATE	MONARQUIA	1971	18 DE NOVEMBRO	INGLATERRA
PALESTINA	JERUSALÉM ⁽¹⁾	REPÚBLICA	NÃO TEM	15 DE NOVEMBRO ⁽⁵⁾	INGLATERRA
QATAR	DOHA	MONARQUIA	1971	18 DE DEZEMBRO	INGLATERRA
SARAUÍ	EL AAIÚN ⁽²⁾	REPÚBLICA	NÃO TEM	27 DE FEVEREIRO ⁽⁶⁾	ESPAÑA
SÍRIA	DAMASCO	REPÚBLICA	1946	17 DE ABRIL	FRANÇA
SOMÁLIA	MOGADÍCIO ⁽³⁾	REPÚBLICA	1960	26 DE JUNHO	ITÁLIA
SUDÃO	CARTUM	REPÚBLICA	1956	1º DE JANEIRO	INGLATERRA
TUNÍSIA	TÚNIS	REPÚBLICA	1956	20 DE MARÇO	FRANÇA

Notas explicativas: ¹ A capital da Palestina sugerida pela OLP é Jerusalém/ ² É uma capital sugerida, já que o Saara Ocidental vive sob ocupação do Marrocos/ ³ Fala-se que a Somália é um Estado em decomposição/ ⁴ Data referente à Unificação do antigo Iêmen do Norte e Iêmen/ ⁵ Data da Declaração da criação do Estado da Palestina em 1988 pela OLP/ ⁶ Essa data é referência a 1976, quando da independência da Espanha. Quadro de Dados e Informações Elaborado pelo Prof. Lejeune Mirhan

Os levantes populares em curso no OM tiveram seu início, de forma inesperada, com o caso do jovem de 26 anos Mohamed Bouazizi, que se imolou publicamente

Um dos maiores sociólogos da atualidade, Immanuel Wallerstein, conclui: "Os EUA, aflitos para ficarem ao lado dos vencedores, mas sem saber exatamente quais serão e sem querer perder o apoio dos ditadores e monarcas absolutos de que ainda julgam precisar, fazem do Irã e da Turquia os dois maiores ganhadores com o processo revolucionário que agita os países árabes". Sendo assim, "é possível que estejamos testemunhando o nascimento de um novo tipo de política revolucionária que não é definido pelos protestos maciços das massas nas ruas, mas pela maneira como os participantes se reuniram"⁸.

A questão central em todo o OM não é e nunca foi religiosa. Claro que o componente religioso pode existir, mas os conflitos são essencialmente políticos. São disputas territoriais, coloniais, por recursos energéticos e hídricos. Nesse sentido, Robert Fisk menciona: "se são revoltas seculares, por que só se falam das religiões?"⁹. Até esse jornalista inglês fica espantado com isso. Não há dúvidas que isso faz parte de uma estratégia midiática para tentar mostrar o pano de fundo dos conflitos no OM como religioso, para enganar as massas e, mais do que isso, indispor bilhões de pessoas contra uma das maiores religiões, que é o islã.

Seis Irmãs das Indústrias de Petróleo



EMPRESA	PAÍS	EMPREGADOS ⁽¹⁾	FATURAMENTO ⁽²⁾
EXXONMOBIL	EUA	102,70	310,58
CHEVRONTEXACO	EUA	61,53	174,10
SHELL	HOLANDA	102,00	458,36
BRITISH PETROLEUM	INGLATERRA	102,90	285,00
TOTAL	FRANÇA	11,40	222,89
CONNOCOPHILIPS	EUA	33,80	246,18
TOTAIS GERAIS	414,33	1.697,11	

Fontes: Wikipédia/¹ Em mil trabalhadores/² Em bilhões de dólares. Elaborado pelo Prof. Lejeune Mirhan

Um a revolução em curso

A concepção de esquerda marxista ensina que o termo "revolução" está relacionado diretamente com a tomada revolucionária do poder, mudanças profundas na estrutura de direção do Estado de um determinado país e, fundamentalmente, de troca da classe social que manda no país. Ou seja, mudanças na superestrutura, na economia, na ideologia, nos costumes, etc.

Mas o que está ocorrendo mesmo no mundo árabe? Uma "revolta"? Uma "insurreição"? Uma "rebelião"? É fato que tudo isso está acontecendo por lá. Mas está, sim, em curso uma revolução nesse mundo. Que caráter terá essa revolução é que no momento não é possível prever. Será essa revolução meramente democrática e patriótica? Será uma revolução mais avançada, de caráter mais popular e progressista? Ou chegará a ser até socialista, alterando profundamente o modelo econômico dos países, que hoje são todos capitalistas de inspiração neoliberal ("financeirização" do capital)?

Quando Vladimir Ilitch Ulianov, mais conhecido como Lenin, líder da Revolução Bolchevique de outubro de 1917, tratou desse tema, dois anos antes desse histórico acontecimento, estabeleceu claramente as condições objetivas para que uma revolução pudesse ocorrer em um determinado país. E isso é uma das formulações do pensamento científico marxista, sobre as leis gerais das sociedades humanas. Essas

condições objetivas ocorrem quando “os de cima já não conseguem mais governar como antes e os de baixo já não aceitam mais ser governados como antes”. Isso pode ser lido no texto Bancarrota da II Internacional, escrito entre maio e junho de 1915.

Ele diz que as condições objetivas são decorrentes de questões relacionadas com a materialidade da vida das pessoas. Isso poderia ser desemprego elevado, fome e miséria, ausências de liberdades, arrocho salarial, repressão política, etc. Tudo isso não determina, ainda assim, que as condições subjetivas para que uma revolução aconteça estejam dadas.

É preciso que ocorra uma combinação entre as condições objetivas e as subjetivas. Estas últimas guardam uma relação direta com a necessidade de uma liderança política revolucionária – aqui entra a necessidade de um partido de feições revolucionárias, detentor de uma teoria revolucionária que, além de dar uma direção correta para as amplas massas, contribua para elevar seu nível de consciência política.

É possível que estejamos testemunhando o nascimento de um novo tipo de política revolucionária. Processo está em curso, com caráter progressista, mas sem liderança

Se apenas as condições objetivas fossem suficientes para que uma revolução de caráter mais socialista ocorresse, a Índia, o Paquistão, o Afeganistão e tantos outros países extremamente pobres já seriam os mais socialistas do mundo. E não são. Faltam-lhes as condições subjetivas, um partido avançado com uma teoria revolucionária. Dessa forma, não há erro conceitual algum em que se use o termo Revolução Árabe. O seu caráter vai depender das lideranças que a conduzem – pulverizadas por vários países – e os compromissos e tarefas que ela possa vir a assumir.

Portanto, há sim um processo revolucionário em curso, com caráter anticolonial, democrático e progressista geral, mas que ainda tem a sua liderança em disputa. E essa disputa, diga-se de passagem, não é com ninguém menos que a maior potência política, militar e econômica do planeta, que são os Estados Unidos da América. Tal revolução ou revoluções – são vários países em processo avançado de mudanças – nada tem a ver com as que ocorreram no leste europeu, que tinham, a propósito, alguns nomes de cores (Laranja, de Veludo, Rosa e outras bobagens mais).



O presidente norte-americano Barack Obama insiste em classificar partidos políticos como o Hamas e o Hezbollah como "terroristas"

Maiores Empresas Petrolíferas do Mundo - Reservas e Produção

	EMPRESAS	RESERVAS ⁽¹⁾	EMPRESAS	PRODUÇÃO ⁽²⁾
1ª	SAUDI ARAMCO	260,00	SAUDI ARAMCO	11,00
2ª	IRANIAN NOC (3)	138,00	IRANIAN NOC	4,00
3ª	QATAR PETROLEUM	15,00	KUWAIT PETROLEUM CO	3,70
4ª	IRAQ NOC	116,00	IRAQ NOC	2,70
5ª	PETRÓLEO DE VENEZUELA	99,00	PETRÓLEO DE VENEZUELA	2,60
6ª	ABU DHABI NOC	92,00	ABU DHABI NOC	2,60
7ª	KUWAIT PETROLEUM CO	102,00	PETRÓLEO MEXICANO	2,50
8ª	NIGERIAN NOC	36,00	NIGERIAN NOC	2,30
9ª	LYBIA NOC	41,00	LYBIA NOC	2,10
10ª	SONATRACH (ARGÉLIA)	12,00	LUKOIL (RÚSSIA)	1,90
	TOTAIS GERAIS	911,00		35,40

Fontes: Wikipédia/¹ Em bilhões de barris/² Em milhões de barris por dia/³ A Sigla NOC quer dizer: National Oil Company. Elaborado pelo Prof. Lejeune Mirhan

Dados Econômicos e Populacionais dos Países Árabes

PAÍS ÁRABE	POPULAÇÃO ⁽¹⁾	%	PIB ⁽²⁾	%	RESERVAS ⁽³⁾	%	PRODUÇÃO ⁽⁴⁾	%
ARÁBIA SAUDITA	28.146	0,42	618,740	1,00	264,590	19,62	9,764	11,59
ARGÉLIA	33,769	0,50	217,200	0,35	12,200	0,90	0,000	0,00
BAHREIN	0,718	0,01	27,014	0,04	0,124	0,01	0,048	0,06
DJIBUTI	0,506	0,01	1,878	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
EGITO	81,713	1,22	403,960	0,65	4,400	0,33	0,630	0,75
EMIRADOS ÁRABES	4,621	0,07	185,287	0,30	97,800	7,25	2,798	3,32
IÊMEN	23,013	0,34	52,050	0,08	3,300	0,24	0,300	0,36
COMORES	0,731	0,01	1,262	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
IRAQUE	28,221	0,42	89,800	0,14	115,000	8,53	2,420	2,87
JORDÂNIA	6,198	0,09	27,960	0,05	0,001	0,00	0,000	0,00
KUWAIT	2,596	0,04	140,589	0,23	101,500	7,53	2,494	2,96
LÍBANO	3,971	0,06	42,271	0,07	0,000	0,00	0,000	0,00
LÍBIA	6,173	0,09	67,244	0,11	46,000	3,41	1,550	1,84
MARROCOS	34,343	0,51	152,200	0,25	0,007	0,00	0,004	0,00
MAURITÂNIA	3,054	0,05	7,159	0,01	0,100	0,01	0,012	0,01
OMÃ	3,311	0,05	66,889	0,11	4,978	0,37	0,806	0,96
PALESTINA (5)	5,346	0,08	11,950	0,02	0,000	0,00	0,000	0,00
QATAR	0,824	0,01	75,224	0,12	25,380	1,88	1,208	1,43
SÍRIA	19,747	0,29	87,091	0,14	2,500	0,19	0,367	0,44
SARAUÍ	0,393	0,01	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SOMÁLIA	9,558	0,14	7,599	0,01	0,000	0,00	0,000	0,00
SUDÃO	40,218	0,60	107,800	0,17	6,800	0,50	0,480	0,57
TUNÍSIA	10,383	0,15	86,670	0,14	0,425	0,03	0,086	0,10
TOTAIS GERAIS	347,553	5,18	2.477,837	4,00	685,11	50,81	22,967	27,26
RESTO DO MUNDO	6.363,373	94,82	59.485,592	96,00	663,42	49,19	61,273	72,74
TOTAIS NO PLANETA	6.710,926	100,00	61.963,429	100,00	1.348,53	100,00	84,240	100,00

Fontes: FMI; Wikipédia e EIA/USA e CIA Factbook

Notas Explicativas: ¹ Em milhões de habitantes/² Em bilhões de dólares/³ Em bilhões de barris/⁴ Em milhões de barris por dia/⁵ A população da Palestina é a soma de Gaza, Cisjordânia e árabes residentes em Israel. Observação: os percentuais são relacionados com os totais mundiais

* **Lejeune Mirhan** LEJEUNE MIRHAN é sociólogo, professor, escritor e arabista. Membro da Academia de Altos Estudos Ibero-Árabe de Lisboa e diretor do Instituto Jerusalém do Brasil. Colunista de Oriente Médio do Portal da Fundação Maurício Grabois (FMG). Colaborador desta publicação. e-mail: lejeunemqxc@uol.com.br. **Revista Sociologia, junho de 2011.**

Referências

Citado por Stephen M. Walt, no OESP de 20 de fevereiro de 2011, reproduzindo a Foreign Police Helena Cobban, de seu blog <http://justworldnews.org/>
 Bloco de Paz em Israel (Gush Shalom)
 Carta Capital de 9 de fevereiro de 2011, citando artigo de Luiz Antônio Costa
 Sami Moubayed, em artigo no Asia Times de 9 de fevereiro de 2011 (<http://www.atimes.com/>)
 Gilbert Achcar, da School of Oriental and African Studies de Londres
 Nabil Shawkat do Ahram Online
 Peter Beaumont do The Observer na Carta Capital, 23 de fevereiro de 2011
 The Independent, de 20 de fevereiro de 2011

O espelho dos EUA e a universidade nacional (PEDRO MEIRA MONTEIRO)

NO DIA 22 DE JUNHO, neste espaço, Rogério Cezar de Cerqueira Leite lançou uma provocação: como a universidade brasileira pode subir no "ranking" de qualidade? Para o físico brasileiro, a resposta aponta para os Estados Unidos e para a Inglaterra. Sua vantagem estaria em que, nas mais qualificadas universidades desses países, (1) o órgão colegiado supremo é formado por membros externos à academia, (2) a escolha de reitores está protegida da força da "corporação interna", (3) há mecanismos de proteção à "endogenia", com escolha de professores titulares de fora da própria universidade, e (4) a estabilidade se alcançaria apenas no fim da carreira. A sedução dos modelos estrangeiros raramente é acompanhada pelo conhecimento de suas engrenagens. Não há dúvida de que a academia dos EUA é, no geral, mais eficiente que a brasileira.

Contudo, o elogio desse ambiente supostamente menos personalizado (protegido do perigo da "endogenia") resulta, quando se olha para o caso brasileiro, no aviltamento das instâncias internas de decisão, como se fazer política dentro da universidade fosse tarefa espúria, limitada a "grupos" de professores improdutivos. A alternativa seria, então, abrir a universidade e romper a sua lógica endogâmica. Segundo Cerqueira Leite, as instituições de pesquisa em mira têm, como órgão decisório máximo, um pequeno grupo de "cidadãos prestantes externos à universidade". Trata-se do "board of trustees" (algo como o conselho das empresas estatais no Brasil).

Porém, os "trustees" (reveladora expressão!) são ex-alunos que se tornaram excelentes em suas profissões e que não raro fizeram fortuna, literalmente. Esta, a verdadeira lógica endogâmica da universidade nos EUA: o martelo que bate e aprova as monumentais decisões orçamentárias pertence a ex-alunos, o que faz com que toda a máquina funcione para agradar os alunos de hoje, que serão os doadores e os "trustees" de amanhã. Endogenia pura, mediada pelo dinheiro.

Mas as decisões que chegam à mesa dos "trustees" são tomadas por um grande colegiado de professores, que em universidades mais aguerridas é chamado de "Senado". Não se faz ciência sem política. Outra ilusão é pensar que a carreira docente estaria protegida da endogenia. No entanto, a notória mobilidade dos acadêmicos nos EUA não impede o favorecimento de grupos e de agendas internas aos vários campos do saber. A contratação de um colega "senior" se dá a partir de uma decisão interna dos membros "senior" de um departamento, a ser corroborada pelo órgão colegiado por uma consulta externa a membros do "campo". Um misto de ingerência "externa" e "interna", portanto. Já a noção de que nas universidades americanas o docente só alcança estabilidade "no fim da carreira" é simples engano. Como no Brasil, há um período probatório, em geral de seis anos, antes que se ganhe esse selo vitalício.

A diferença é que o período probatório é para valer, existindo aí julgamento "externo", com consultas sigilosas a colegas de outras universidades. Já a justiça desse sistema de promoção é em si um tema espinhoso. Em suma, se os vizinhos ao Norte nos oferecem um modelo, convém olhá-lo por dentro. Do contrário, seremos vítimas da ilusão de que nossa histórica ineficiência é o inverso da eficiência que atribuímos a eles. Como se o mundo, ao Sul, estivesse de ponta-cabeça.

PEDRO MEIRA MONTEIRO é professor de literatura brasileira na Universidade Princeton (EUA) e autor de "Um Moralista nos Trópicos" (Boitempo). **Folha de São Paulo, julho de 2011.**

Na serra gaúcha (DRAUZIO VARELLA)

ESTA SEMANA quase morri congelado no Sul. Em São Paulo faz frio, mas não ficamos com os pés amortecidos como se pertencessem ao caixa do supermercado, nem com as mãos analfabetas e nem com os lábios entorpecidos feito bêbados. Domingo último, viajei com uma equipe de TV para Chapecó, no oeste de Santa Catarina, como parte das gravações de uma série sobre hepatites que irá ao ar em duas semanas no "Fantástico", da TV Globo. A intenção foi mostrar um programa de vacinações contra a hepatite B, muito bem conduzido naquela cidade.

Chapecó, Foz do Iguaçu, Cascavel e Passo Fundo formam o chamado polígono das hepatites, região povoada por descendentes dos imigrantes italianos que trouxeram na bagagem o vírus da hepatite B. Previsto para chegar pouco depois da meia-noite, o avião aterrissou às 4h, de modo a cumprir o ritual de flagelos a que são submetidos os infelizes como este que vos escreve, forçados a viajar pelos ridículos aeroportos brasileiros.

Depois da batalha habitual para recuperar o equipamento na esteira e das 30 colisões com carrinhos alheios, conseguimos escapar incólumes daquele inferno. No trajeto para a van que nos esperava, percebi que minha roupa não suportaria aquele gelo polar. Quase sem dormir, na segunda-feira gravamos o dia inteiro, esfregando as mãos e batendo os pés no chão. Na hora do almoço tentamos comprar luvas e meias de lã nas lojas do centro, mas não deu certo; disseram que ainda era cedo para o lançamento da coleção de inverno.

Prof. Lucas Rocha

No fim da tarde seguimos para Vacaria, no Rio Grande do Sul. As cidadezinhas que a estrada atravessava pareciam fantasmas, nenhuma alma viva nas ruas iluminadas com luz mortíça. Lugares aprazíveis para quem gosta de se suicidar. Com um grau acima de zero, às 22h, Vacaria era um cemitério. Na praça da igreja de pedra que conheci muitos anos atrás, a grande surpresa: um táxi parado com o motorista dentro, o único ser humano visível em mais de 300 quilômetros.

O mundo amanheceu coberto de gelo - a temperatura chegara a quatro graus negativos -, mas havia sol e nenhuma nuvem no céu. Cenário encantador para ser admirado através da janela; insuportável para quem precisava fazer parte dele. Sem almoço, viajamos para pegar o avião de volta em Caxias do Sul. Jamais imaginei encontrar tanto aconchego no interior de uma van exposta ao sol. A vegetação das serras gaúchas é menos diversa do que a da Amazônia e da Mata Atlântica. Nas encostas, há paredões de rochas e árvores que sobem por cima deles até os cumes, mas fazem falta as trepadeiras e os cipós que armam a festa bagunceira das florestas tropicais, quentes e carregadas de umidade. Nos vales, rios estreitos e caudalosos refletem a luz do sol enquanto correm cheios de pressa para desaguar não sei aonde.

Vínhamos nas curvas dessa paisagem que convida à reflexão, quando um carro em alta velocidade nos ultrapassou em manobra tão arriscada, que se o motorista da van não fosse experiente teríamos ido precipício abaixo. Antes que nos recuperássemos do susto, um carro da Polícia Rodoviária fez o mesmo.

Um minuto mais tarde demos de cara com uma cena cinematográfica: o carro que nos fechou acabara de capotar, dois policiais saltaram da viatura com os revólveres na mão, e um rapaz bem jovem saiu com o rosto ensanguentado pela janela do carro com as rodas que ainda giravam no ar. Contra a ordem de parar, ele correu em nossa direção, mas do outro lado da pista. Um dos policiais atirou. Não tínhamos como nos esconder, a estrada estava bloqueada: na frente pelo carro capotado, atrás pelos que chegavam. Torci para que o rapaz fosse experiente e se entregasse logo, mas ele demorou para acreditar que iria morrer.

Por sorte, a experiência que lhe faltou, sobrou para os policiais que o perseguiram aos gritos, sem dar o segundo tiro, até que ele ajoelhasse com os braços para cima bem do lado da van. Seguimos em frente. Fiquei com a imagem do olhar de pavor do rapaz com o rosto ensanguentado e com a frase do motorista: "Deviam ter atirado para matar".

Folha de São Paulo, julho de 2011.

Eike, o aventureiro atrevido (LUIZ FERNANDO EMEDIATO)

PERCORRI A TRANSAMAZÔNICA duas vezes do início ao fim, em 1978 e em 1980. Numa dessas viagens, topei em Itaituba, no Xingu, com um jovem aventureiro. Chamava-se Eike Batista, tinha 22 anos e comprava ouro, concorrendo com o poderoso Zé Arara, José Cândido de Araújo, uma lenda dos garimpos.

Arara voava para os garimpos em aviões escangalhados, levando comida, ferramentas e prostitutas e trazendo ouro. Chegou a vender 30 toneladas para o governo, mas não se modernizou e desapareceu, enquanto Eike Batista foi empreender novos negócios e tornou-se dono da oitava fortuna do mundo.

Trata-se de pessoa excêntrica, esquisita, que coloca a letra "x" nos nomes de suas empresas, gosta de mulheres bonitas e desperta paixão, inveja e ódio. Ao contrário do que se pensa, Eike não enriqueceu comprando jazidas identificadas por seu pai, Eliezer, ministro das Minas e Energia nos governos de Hermes Lima e João Goulart, secretário de Assuntos Estratégicos de Collor e várias vezes presidente da Vale.

Dos sete filhos de Eliezer, Eike é o único que enriqueceu. Ficou rico trabalhando. Talvez por isso se irrite quando o acusam de ganhar benefícios por ser amigo do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, a quem empresta aviões. Nenhum governador deveria andar em aviões de empresários, mas, no caso de Eike, Cabral não pode dar a ele nada que já não tenha.

Mas pode, sim, viajar nos aviões de Eike, se puder explicar que nada está em troca, além de sua amizade. É injusto acusar Eike de bajular o governador porque o Estado do Rio dá incentivos fiscais para suas empresas. Incentivo é uma coisa, benefício é outra. Incentivo é uma forma, como a palavra indica, de "incentivar" investimentos de risco. Basta ver o que Eike está fazendo no Rio para perceber que ele está dando, e não tomando. Os incentivos recebidos são daqueles que o governo concede para quem se arrisca. Não se trata de favor, está na lei. Para acusar Eike de ter levado benefício ilegal, seria preciso dizer qual, para qual empresa e quanto.

Sendo Eike um bilionário excêntrico e vaidoso - é direito dele ser do jeito que é -, e querendo fazer bonito no Rio, onde, por charme, é dono de restaurante e hotel, ninguém tem nada com o fato de que ele "deu" R\$ 139 milhões para projetos sociais do Estado: criação de unidades pacificadoras em favelas, despoluição, equipamentos para hospital, ações sociais diversas. O atrevido Eike afirma que é livre para selecionar suas amizades, faz o que quer com seu dinheiro e se orgulha disso. Eu faria a mesma coisa. Quando cruzei com ele comprando ouro em Itaituba, há 32 anos - aquele rapaz magrelo, com botas e chapéu-, confesso que pensei em seguir seu exemplo.

Infelizmente, continuei apenas jornalista e editor; como tal, não tenho dinheiro nem avião para

emprestar, mas apenas princípios e histórias para contar. Com meus princípios, convicções e palavras, eu faço o mesmo que Eike faz com o dinheiro dele. Ou seja: são meus, faço com eles o que bem quero, sem prestar contas a ninguém. E me orgulho disso.

LUIZ FERNANDO EMEDIATO, 59, escritor, autor de "Trevas no Paraíso", é jornalista, ganhador do Prêmio Esso de Jornalismo e publisher da editora Geração Editorial. **Folha de São Paulo, julho de 2011.**

Ministro de FHC marcou o sistema educacional do país (GILBERTO DIMENSTEIN)

UMA DAS MAIS IMPORTANTES inovações na história da educação foi a montagem, durante a gestão de Paulo Renato Souza, de um sistema de avaliação das mais variadas áreas de ensino, implantado em meio a pesadas resistências corporativas e políticas.

Mas, mesmo com a chegada do PT ao poder federal, o sistema foi, em sua essência, mantido. Pode-se dizer, com segurança, que a educação brasileira pode ser dividida entre antes e depois dessa inovação. É certamente um dos marcos da evolução das políticas sociais.

Os números puderam traduzir não apenas a calamidade do ensino público, responsabilizando do presidente, governador, prefeito ao diretor da escola. É possível conhecer hoje a nota em cada escola e cidade, gerando transparência e competição para os governantes.

Medidas ousadas como o pagamento de bônus para professores não seriam possíveis sem um sistema de avaliação objetivo.

Os números permitiram que se montasse o que foi inédito na história das políticas sociais brasileiras: um plano de metas de longo prazo, tendo como referência o ano de 2022, quando se comemora o bicentenário da Independência brasileira. O sistema de avaliação serviu de empurrão para rever o currículo escolar, tentando vinculá-lo ao cotidiano. O Enem é o reflexo dessa visão.

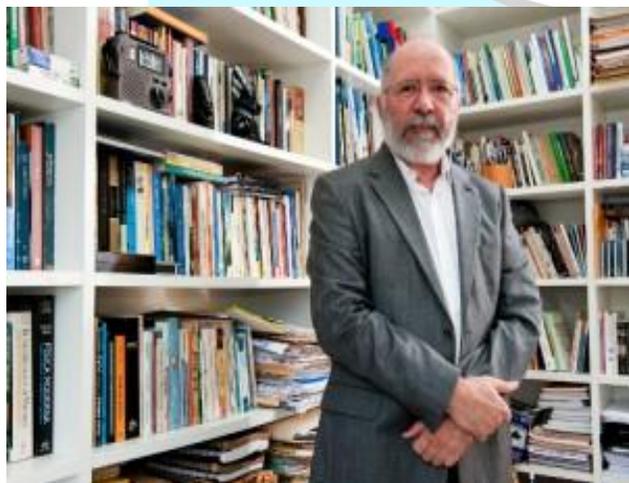
Mas a medida que mais teve impacto do cotidiano da população é fonte de um dos maiores desgostos de Paulo Renato. E que classificava, nas conversas que teve comigo, como uma das maiores "burradas" do PSDB. Foi Paulo Renato quem tirou da esfera local a experiência de transferência de renda associada à matrícula escolar, desenvolvida em Brasília, por seu então governador Cristovam Buarque.

Ele conseguiu que a Bolsa Escola fosse universalizada, atingindo milhões de famílias, graças a ao recém-criado Fundo de Combate à Pobreza. Como era candidato à sucessão de Fernando Henrique -no final José Serra venceu a indicação-, Paulo Renato queria que se lançasse uma campanha publicitária falando dos programas de complementação de renda.

A campanha se perdeu nos labirintos do Planalto. Ele não foi candidato e dizia que o PSDB perdeu a chance de garantir uma marca social, já que a bolsa, transformada em Bolsa Família, foi o projeto de maior visibilidade do ex-presidente Lula.

Folha de São Paulo, julho de 2011.

O novo Ensino Médio - Entrevista



As mudanças que entrarão em vigor ainda em 2011 apontam para a valorização da pesquisa e maior liberdade curricular por parte das escolas

Foi pensando nas grandes mudanças tecnológicas e na velocidade com que a informação se propaga nos dias de hoje é que o Conselho Nacional de Educação (Conae) promoveu debates que culminam agora nas mudanças das diretrizes nacionais para o Ensino Médio brasileiro. Dois pontos se destacam entre as mudanças. Primeiro, o incentivo à pesquisa por parte dos estudantes, que passam a precisar mais dos professores para ajudá-los a procurar o conhecimento em vez de simplesmente ouvir o conteúdo deles. Segundo, a maior autonomia das escolas ao formatar a grade curricular, tanto na forma do conteúdo quanto no tempo de formação do Ensino Médio – por exemplo, os estudantes noturnos podem se formar em

quatro anos em vez de três.

Para entender às novas sugestões, Carta na Escola entrevistou José Fernandes de Lima, relator da proposta das novas diretrizes e membro do Conae desde 2008. Alagoano de Maceió, José Fernandes teve a trajetória na área de Exatas, formando-se em Física na UFPE e, posteriormente, concluindo seu mestrado e

Prof. Lucas Rocha

doutorado nesta área na USP. Foi chefe do departamento de Física da Universidade Federal do Sergipe (UFSE), diretor de programas da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes) e secretário de Educação de Sergipe entre 2007 e 2010 na primeira gestão do governador Marcelo Déda (PT).

Nesta entrevista, José Fernandes de Lima ressalta que o foco do projeto é criar uma identidade para o Ensino Médio e corrige a interpretação, veiculada por parte da imprensa, de que teremos uma divisão por áreas, como ocorria antigamente. "A escola precisa contemplar as quatro dimensões do ensino: o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. Os mais antigos lembram-se de quando tínhamos o colegial dividido (entre Clássico e Científico), e isso gerou uma confusão de que teríamos um Ensino Médio temático com essas áreas. Não haverá divisão. Pelo contrário, o Ensino Médio tem de contemplar todas elas", diz.

Carta na Escola: O Ensino Médio é, atualmente, a etapa da educação brasileira com piores índices de qualidade. Qual é exatamente o problema com ele?

José Fernandes de Lima: Não concordo exatamente com essa afirmação. Pode até haver problemas nos índices atuais, mas, se compararmos com o passado, veremos que o Ensino Médio evoluiu bastante. O Brasil, historicamente, trabalhou com uma educação excludente. Até o começo da década de 1990, tínhamos menos de 4 milhões de alunos nessa etapa da educação. Agora já temos mais de 8 milhões, e ainda temos números difíceis, com 15% da população de 15 a 17 anos que não está conseguindo entrar nas escolas desse nível. Só 50% dos matriculados estão na idade correta. Isso não significa que esse quadro é pior do que era antes, porque, antigamente, nem tínhamos as pessoas na escola. Diz-se que o Ensino Médio não é bom porque a sociedade se dá conta disso. Avançamos muito nos últimos 20 anos no que tange a inclusão, e isso torna mais claro o ponto de vista do sucesso ou falta dele entre os alunos. Então, houve evolução.

CE: E quais são os focos das novas diretrizes para o Ensino Médio?

JFL: Pensamos que o currículo deva contemplar quatro dimensões: o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. Na medida em que esses pilares forem realmente debatidos nas escolas, teremos um Ensino Médio mais próximo dos estudantes e diminuiremos a evasão, aumentaremos o entusiasmo e a qualidade. Algumas pessoas confundiram que as quatro dimensões seriam uma volta ao colegial antigo (dividido entre Clássico e Científico). Mas não é nada disso, é um Ensino Médio só.

CE: Então não teremos essa divisão entre quatro tipos de Ensino Médio? Houve quem interpretasse assim, inclusive na imprensa...

JFL: É verdade, mas não estamos propondo que o aluno tenha quatro alternâncias de escolha. É o contrário: o Ensino Médio tem de contemplar todas as quatro dimensões. Só assim ele vai atender aos interesses das pessoas. Antigamente, o Brasil já tinha essa divisão no colegial, mas viu-se depois que não dava certo. Quem entendeu desse jeito é porque estava lembrando de como era. Não queremos nem mesmo a divisão entre o ensino técnico e de vestibular. Mas a parte de formação para profissionais no ensino técnico terá diretrizes próprias.

CE: Qual é o objetivo do Conselho Nacional de Educação ao propor autonomia escolar para montar projetos pedagógicos?

JFL: O objetivo é bem mais amplo do que simplesmente discutir a questão de ampliação e flexibilização da grade curricular. O que movimentou o CNE para atualizar as diretrizes nacionais curriculares do Ensino Médio é o fato de vivermos num mundo de grandes transformações tecnológicas e de grande quantidade de conhecimento gerado através das comunicações e tecnologias de informação. Isso leva a escola a se repensar. Significa que ela está deixando de ser a única fonte geradora de conhecimento e, como tal, tem de se estruturar para atender os jovens. E se isso é verdade para a educação de um modo geral, é muito mais verdade para o Ensino Médio, porque é a fase em que as pessoas estão tomando decisões para o futuro. Então, a escola tem de atender ao projeto de vida do estudante. Praticamente, todos os países hoje estão repensando a estratégia educacional baseando-se nisso, embora aqui estejamos traçando um caminho próprio.

CE: Já que falamos em ensino técnico, o MEC apresentou agora o Pronatec, em que pretende aumentar consideravelmente o número de formandos no Ensino Médio técnico em médio prazo. Onde entra o ensino técnico nessa nova proposta?

JFL: Essas diretrizes vão tratar especificamente dessa área, e não estou por dentro. Vou aguardar as reuniões do Conselho sobre o tema. Aí, sim, entenderemos todo o conjunto.

CE: E o que esse novo Ensino Médio deve corresponder?

JFL: Primeiro, ela tem de ser universal. Segundo, existe a forte concepção de que a boa escola é a que se volta para a formação do cidadão e que prepara o estudante para o mundo do trabalho – e, com isso, estamos automaticamente dizendo também que não deve mais prevalecer a divisão da escola entre a preparação para o vestibular e para o trabalho. Ele tem de ter essas características mistas, uma nova identidade. E para a escola ter identidade, ela precisa ter flexibilidade para atender a demandas regionais. Ao

mesmo tempo em que precisa se preparar para o uso da tecnologia, precisamos que ela não abra mão dos valores, do comportamento ético, da sustentabilidade e da promoção dos direitos humanos.

CE: Já existe dificuldade de fiscalização da qualidade das escolas no País. Não seria mais difícil fiscalizá-las a partir do momento em que elas tenham mais liberdade de mexer no currículo?

JFL: Isso é bem importante. Democraticamente, essas diretrizes devem nortear as especificidades das escolas para que atendam as características de sua região. Só que temos as avaliações nacionais, investimentos nacionais em material didático e os investimentos em professores. Então, uma vez definida a identidade da escola, teremos um sistema de avaliação que interpretará se a estratégia de cada escola está dentro dos limites exigidos. Veja, existem as áreas do conhecimento exigidos por lei: Linguagem, Ciências da Natureza, Matemática etc. A liberdade das escolas está no comportamento em sala de aula, mas tudo isso deve seguir dentro dela.

CE: E como será o tratamento com a escola que não consegue se desenvolver?

JFL: Entendemos que a fiscalização da escola não deva ser usada para premiar ou para punir, mas apenas para acompanhar suas estratégias, e que, quando necessário, façamos a correção de rumo. Se não vai bem, fazemos novos investimentos, chamamos o sistema para a discussão- e para tratar novos planos para ela.

CE: A mudança nas diretrizes também dá importância ao incentivo à pesquisa, confere?

JFL: A pesquisa deve ser um princípio pedagógico, o que mudaria a forma rígida de se trabalhar em sala de aula. As pessoas associam o termo "pesquisa" à existência de grandes laboratórios. O que temos de incentivar é o comportamento de pesquisa em sala de aula. Em vez de dar o assunto pronto aos alunos, queremos que o professor promova a procura desse conhecimento por parte do aluno, que ele pesquise e descubra,- que trabalhe em grupo, que aprenda a aprender.

CE: No projeto que o senhor apresenta, quais as especificidades para o Ensino Médio noturno?

JFL: Neste ponto é importante providenciar formas de organização que permitam que os alunos desse período, que normalmente trabalham o dia todo, tenham todo acesso ao ensino e o concluem. Então há flexibilização de carga horária, mas isso também funciona para o período diurno. Quem estuda de manhã pode usar a alternativa de ampliação de carga horária à tarde. Já os estudantes noturnos podem se formar em quatro anos em vez de três, por exemplo, ou então em três anos e meio. Também incentivamos o ensino a distância – se houver a disponibilização do conteúdo por meio da internet, por exemplo, então que isso seja mais uma opção de aprendizagem.

CE: E em que pé está a aprovação das mudanças? Quando entrariam em vigor?

JFL: O documento já foi aprovado na Câmara de Educação Básica do Conae. Passou agora por uma revisão técnica e foi encaminhado para o MEC, que deverá homologar. Na sequência deverá publicar essa diretriz no Diário Oficial, chegando ao conhecimento de conselhos estaduais e municipais e de escolas. Esse documento é fruto de um grande debate que começou em 2010 e que foi discutido com representantes de professores, de estudantes, secretários de estado, especialistas e do MEC. Conta com apoio considerável.

FERNANDO VIVES é jornalista e colabora para esta publicação. **Revista Carta na Escola, junho de 2011.**

Páginas em branco (MARÍLIA KODIC)

Às vésperas do início de mais uma Flip, a CULT investiga por que o brasileiro lê pouco e menos do que os argentinos



Quem pensa que o desinteresse pelas letras é um mal do Terceiro Mundo está enganado. Neste ano, Buenos Aires foi eleita a Capital Mundial do Livro pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). No páreo, estavam ainda outras duas cidades do continente: Caracas (Venezuela) e Havana (Cuba).

Ocupando o mesmo posto da capital portenha, já estiveram Madri, Alexandria, Nova Deli, Antuérpia, Montreal, Turim, Bogotá,

Amsterdã, Beirute e Liubliana. Já o Brasil, uma das coqueluches do cenário econômico mundial e sede da Festa Literária Internacional de Paraty – uma das maiores feiras do gênero na região – nem sequer chegou perto da lista.

O título é concedido anualmente a países com reconhecido valor em programas de incentivo à leitura. O "ano" do título tem início todo 23 de abril, que marca o Dia Mundial do Livro e do Direito de Autor.

Prof. Lucas Rocha

Celebrado desde 1996, assinala a morte dos escritores Miguel de Cervantes, William Shakespeare e Garcilaso de La Vega. A CULT foi ouvir especialistas da área para entender a razão dessa relativa irrelevância do Brasil no setor e por que nenhuma de suas cidades se tornou Capital Mundial do Livro.

No hablamos español

“Talvez seja pelo fato de o espanhol preponderar nos países da região, e supõe-se que ele tenha mais densidade literária que o português. Os hispânicos passam bem para outras línguas ocidentais, sem exigir do leitor um repertório que remeta em profundidade ao meio cultural de cada um”, opina o escritor Reinaldo Moraes, autor do recém-relançado *Pornopopeia* (Objetiva).

Já para o crítico literário e professor da Universidade de São Paulo Fábio de Souza Andrade, a concessão do título talvez tenha duas inspirações diversas. “Pode representar o reconhecimento de um esforço bem-sucedido, dando visibilidade e estimulando a replicação de políticas públicas inventivas; e pode também ser um gesto de estímulo onde há carência, chamando atenção para o muito a fazer. Como reconhecimento de excelência, estamos longe. Como alerta, é para ontem”, diz.

Logística e distribuição

Na vizinha Argentina, cada habitante lê em média 5,8 livros por ano. No Brasil, cai para 4,7, mas, desconsiderando-se os didáticos, o índice aqui despenca para 1,3 livro/ano, segundo dados de 2008 do Instituto Pró-Livro.

Quanto ao número de livrarias, a Secretaria de Comunicação da Argentina estima em 3.200 o número delas em todo o país. Aqui, segundo pesquisa feita pela Associação Nacional de Livrarias em 2009, existem 2.980 – embora a extensão territorial do Brasil seja três vezes maior que a da Argentina.

Karine Pansa, presidente da Câmara Brasileira do Livro, explica que o fato de a população brasileira ser maior do que a argentina (190 milhões contra 40 milhões) dificulta políticas amplas e homogêneas de estímulo à leitura com resultados imediatos. “Temos problemas de distribuição e logística em quase todos os produtos que circulam pelo país, além de sérios problemas com educação e ensino”, diz.

Em relação ao menor número de livrarias, Karine Pansa pondera que existem no Brasil outros canais consistentes de comercialização. “As vendas porta a porta, por exemplo, são fortes e tradicionais – segundo pesquisa encomendada à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas em 2009, a participação da venda porta a porta no total do mercado nacional representa 16,64%. As vendas nos supermercados, na internet e até em igrejas também são relevantes”, diz.

Muita publicidade

Um dos critérios da Unesco para a candidatura ao título de Capital Mundial do Livro, segundo o site da organização, é submeter um programa consistente de atividades literárias. Na Argentina, inclui desde o simples Yo Leo en el Bar (Eu Leio no Bar), que consiste na colocação de obras do escritor Jorge Luis Borges em famosos bares da cidade, até programas de longa duração com atividades literárias, musicais e teatrais, como o No Hay Ciudad sin Poesia (Não Há Cidade sem Poesia).

Contudo, Julian Gorodischer, editor-chefe do semanário cultural Ñ, publicado no diário argentino *Clarín*, joga um grão de sal na iniciativa. Ele descarta a importância do título para promover mudanças no calendário cultural da cidade: “Não acho que seja muito importante. É uma estratégia do governo de Buenos Aires para atrair a atenção das pessoas. A cidade está igual. Acho que a determinação não muda a vida habitual da cidade. Há alguns projetos, sim, mas é mais publicidade do que uma real mudança”.

Segundo Souza Andrade, embora não haja ainda no Brasil uma política de Estado expressiva nesse sentido, há uma tática de guerrilha cultural voluntarista: “Leitores convictos e inconformados propõem, por exemplo, alimentar correntes de livros abandonados em lugares públicos. Há também a multiplicação de saraus, tertúlias e leituras compartilhadas”.

Feiras literárias

Nesse cenário pouco animador, qual é a função das feiras literárias? “Nas cidades que as realizam, é notório como cresce o consumo de livros em livrarias e em outros canais de comercialização imediatamente após o fim de um evento desse tipo. Trata-se de um reflexo importante”, diz Karine Pansa. Mas Reinaldo Moraes discorda dessa tese: “Fui a uma feira do livro em Mossoró, no Rio Grande do Norte, onde havia cerca de seis pessoas na plateia. O livreiro vendeu dois livros meus, sendo um deles para o organizador da feira, gentil cidadão. Faz parte”.

No mês que vem, tem início a 9ª edição da mais importante delas, a Flip, Festa Literária Internacional de Paraty, que reúne uma média de 25 mil pessoas em Parati, cidade histórica do litoral fluminense. Para Cristovão Tezza, ganhador em 2008 do Prêmio Jabuti como autor do melhor romance – *O Filho Eterno* (Record) –, a Flip “é um movimento extremamente importante, com ressonância internacional, e faz

do livro um produto mais do que digno. É o único evento que realmente o leva para o horário nobre da televisão, por exemplo. Não vejo esse espaço na mídia nem nas bienais”.

O país tem outras do gênero, como a Festa Literária Internacional de Pernambuco, em Olinda; a Feira Pan-Amazônica do Livro, em Belém; o Fórum das Letras, em Ouro Preto; o Festival da Mantiqueira, em São José dos Campos; além das Feiras do Livro de Ribeirão Preto, Brasília e Porto Alegre. Apesar da profusão de feiras, Souza Andrade adverte que o papel mais importante ainda cabe ao Estado, por meio de incentivos e da melhora das instituições de ensino. “As políticas públicas têm grande responsabilidade, mas falta uma percepção difusa e generalizada de que os livros são segunda natureza necessária, sobretudo entre as elites econômicas”, diz.

Os convidados de 2011

O homenageado da 9ª edição da Flip é o modernista Oswald de Andrade e a abertura ficará a cargo do crítico Antonio Candido. Entre os confirmados até o momento, estão os escritores brasileiros Edney Silvestre, João Ubaldo Ribeiro, José Miguel Wisnik, Luiz Felipe Pondé e Teixeira Coelho, os argentinos Pola Oloixarac e Gonzalo Aguilar, o italiano Antonio Tabucchi, os escoceses Carol Ann Duffy e David Byrne (músico), o caribenho Caryl Phillips, os franceses Claude Lanzmann e Emmanuel Carrère, o mexicano Enrique Krauze, o colombiano Héctor Abad, os norte-americanos James Ellroy e Joe Sacco (quadrinista), o inglês John Freeman e o húngaro Peter Esterházy.

Revista CULT, junho de 2011.

A Universidade e as leis para a comunicação (LAURINDO LAIO LEAL FILHO)

A fundamentação existente na Ley dos Médios argentinos tem grande contribuição acadêmica e poderia servir como referência para a Universidade brasileira. Ao invés de infundáveis e insossas discussões sobre “teorias da recepção”, teríamos o pulsar da vida real das nossas sociedades.

Passou despercebido por aqui. Não fosse a menção feita pelo jornalista Eric Nepomuceno, na revista Carta Capital, poucos ficariam sabendo que a Ley de Médios argentina está sendo implantada, apesar da oposição feroz dos grandes grupos de comunicação locais.

No noite de 21 de junho, a presidenta Cristina Kirchner apareceu em rede nacional de televisão para fazer um anúncio capaz de tirar o sono dos controladores monopolistas da radiodifusão. O governo abria, naquela data, uma licitação para a concessão de 220 novas licenças de serviço de audiovisual no país.

Como determina a lei metade dessas concessões será destinada a emissoras privadas e a outra metade dividida entre os governos estaduais, o federal e as organizações sem fins lucrativos. Fórmula encontrada para romper com oligopólio existente hoje na comunicação argentina.

Claro que a mídia comercial brasileira esconde esses avanços e quando fala da Ley de Médios argentina é para atacá-la, chegando habitualmente a taxá-la de censura, quando trata-se exatamente do oposto. Seu papel é o de permitir o acesso aos meios de comunicação de um número muito maior de atores sociais, hoje sem voz. Mas aos que se opõem à lei interessa a omissão e a desinformação. Para isso usam uma estratégia eficiente: apropriam-se de um símbolo facilmente compreensível, como é a censura, e com ele carimbam a lei, interditando o debate de forma liminar.

A legislação argentina mereceria no Brasil estudos e debates mais sérios e aprofundados. As críticas feitas por aqui são superficiais, ecoando apenas o temor dos controladores da mídia nativa com o possível contágio da experiência vizinha. Não é levado em conta o formidável trabalho de pesquisa realizado para se chegar ao texto final. Seus 166 artigos não caíram do céu. São resultado de um levantamento minucioso daquilo que existe de mais avançado no mundo, em termos de legislação para área das comunicações.

Dos meios comerciais não se pode esperar nada, além das críticas habituais. Os meios públicos pouco se dedicam ao tema e a internet o trata de forma esporádica. Mesmo as redes sociais, com conteúdos mais críticos, não tem como aprofundar a discussão e acabam, em determinados momentos, dialogando com os grandes meios nos mesmos níveis por eles impostos.

Resta como alternativa a Universidade, teoricamente menos sujeita às imposições externas. Mas parece que, no geral, ela não despertou ou não se interessou pelo assunto. Falo, obviamente, dos setores universitários ainda não cooptados pela grande mídia, propiciadora de cursos e eventos destinados ao conformismo e a alienação. Fico a pensar na riqueza de um debate não só da Ley de Médios argentina, mas das experiências de democratização das comunicações que vêm sendo articuladas na Venezuela, Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai, por exemplo.

Ao invés de infundáveis e insossas discussões sobre “teorias da recepção”, tão ao gosto dos acadêmicos alinhados com “status quo” da comunicação, teríamos o pulsar da vida real das nossas sociedades. A Universidade – pública ou privada – repousa sob um tripé formado pelo ensino, a pesquisa e a extensão. Um tema como o aqui proposto atenderia com desenvoltura esses três objetivos.

Colocaria o aluno em contato com a disputa que se trava no continente em torno do papel social da

comunicação, deixando mais claro o cenário onde se dará, no futuro, sua atuação profissional. Propiciaria uma ampliação no campo das pesquisas, necessitadas cada vez mais de interdisciplinaridade. O estudo da comunicação só ganha concretude quando dialoga com o Direito e as Ciências Sociais em geral.

E finalmente, a extensão se daria com a formulação de projetos e propostas capazes de contribuir para o debate político que se trava na sociedade em torno das novas leis para a comunicação. A fundamentação existente na Ley dos Médios argentinos tem grande contribuição acadêmica e poderia servir como referência para a Universidade brasileira. A íntegra de Lei de Meios da Argentina está disponível neste endereço: <http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/155000-159999/158649/norma.htm>

LAURINDO LAIO LEAL FILHO, sociólogo e jornalista, é professor de Jornalismo da ECA-USP. É autor, entre outros, de "A TV sob controle - A resposta da sociedade ao poder da televisão" (Summus Editorial). Twitter: @lalolealfilho. Site Carta Maior, disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5106

